

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	300.902.207,82	470.979,15	301.373.186,97
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	468.263,37	0,00	468.263,37
Decorrentes de Decisão Judicial	521.991,41	0,00	521.991,41
Despesas de Exercícios Anteriores	48.911.698,24	470.979,15	49.382.677,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	251.000.254,80	0,00	251.000.254,80
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.665.200.550,51	9.759.574,45	1.674.960.124,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.386,06
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,227944%	0,001336%	0,229280%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.596.804.224,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.466.964.013,16
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.337.123.801,94

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas:

1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O valor de R\$ 495.990,76 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício financeiro de 2017, do Ministério da Fazenda/STN, 7ª edição, página 496. O valor de R\$ 282.514,20, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II, linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R\$1,00								
	PERÍODO							
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.674.722.039,33	1.708.565.778,18	1.727.302.756,05	1.743.187.186,42	1.861.339.378,47	1.918.761.156,51	1.976.333.311,93	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	224.197.741,45	202.921.830,60	212.964.336,49	220.394.270,03	279.921.730,32	289.032.681,42	301.373.186,97	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.450.524.297,88	1.505.643.947,58	1.514.338.419,56	1.522.792.916,39	1.581.417.648,15	1.629.728.475,09	1.674.960.124,96	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.642.623,16	674.522.742.049,70	700.438.647.763,34	695.041.041.696,34	722.474.299.181,58	718.531.431.019,48	730.531.081.386,06	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *100	0,220828%	0,223216%	0,216199%	0,219094%	0,218889%	0,226814%	0,229280%	
LIMITE MÁXIMO <%>	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	
LRF, art. 20, incisos I, II e III								
Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente :	Proc.Adm. SI-GED nº 2001160727						
Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 184/2012						
Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 250/2013						
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015								

1) Em conformidade ao contido no item 37 do Acórdão nº 3244/2011 - TCU - Plenário, a Justiça Federal da 3ª Região iniciou a publicação individualizada do Relatório de Gestão Fiscal a partir do 3º quadrimestre de 2011.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO

Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 9, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2017 e Consolidação da Republicação do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.272.764,82	1.227.689,58
Pessoal Ativo	83.923.469,06	1.202.459,39
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.349.295,76	25.230,19
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.718.141,36	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-



Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	965.919,23	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.752.222,13	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	84.554.623,46	1.227.689,58
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	85.782.313,04	0,011742
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	131.890.081,43	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	125.295.577,36	0,017151
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	118.701.073,29	0,016249

(1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

- Notas:
- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
 - Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, de 19/9/2017.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R\$ 1,00								
		PERÍODO						
		2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		82.376.932,68	80.275.443,41	80.438.441,44	81.254.511,32	91.550.145,45	95.591.419,48	99.500.454,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		11.385.331,03	11.620.454,45	11.774.061,26	11.814.654,70	12.956.141,96	13.328.711,37	13.718.141,36
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		70.991.601,65	68.654.988,96	68.664.380,18	69.439.856,62	78.594.003,49	82.262.708,11	85.782.313,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,010808%	0,010178%	0,009803%	0,009991%	0,010878%	0,011449%	0,011742%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,018106%	0,018106%	0,018106%	0,018106%	0,018106%	0,018106%	0,018106%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente: Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,018088%	0,018088%	0,018088%	0,018088%	0,018088%	0,018088%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,018054%	0,018054%	0,018054%	0,018054%	0,018054%	0,018054%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015								

Notas:

- RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
- A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

MARCOS VENTUROTT FERREIRA
Secretário de Administração e Orçamento
Em Substituição

WELITON MARIANO NEVES
Coordenador de Controle Interno
Em Substituição

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
Diretor-Geral

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 308, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

CARLOS CINI MARCHIONATTI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2016 A AGOSTO 2017
RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PRO-CESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	247.915.256,91	-
Pessoal Ativo	200.500.079,21	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.415.177,70	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	44.545.351,69	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.311,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	44.540.040,07	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	203.369.905,22	-